

DANIELA ORLANDI GALICIA

A LINGUAGEM JURÍDICA E OS JURISDICIONADOS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO BAURU
JABOTICABAL-SP
2007

DANIELA ORLANDI GALICIA

A LINGUAGEM JURÍDICA E OS JURISDICIONADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação São Luís, como exigência parcial para a conclusão do CURSO de Pós-Graduação Latu Sensu em Língua Portuguesa, Compreensão e Produção de Texto.

Orientadora: Professora Ms. Djenane Sichieri
Wagner Cunha

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO BAURU
JABOTICABAL-SP
2007

RESUMO

O presente trabalho visa a estudar o ensino da língua portuguesa nos dias atuais, como se desenvolve o processo de ensino e seus reflexos na compreensão da leitura, para, depois, adentrarmos nos termos jurídicos utilizados no dia-a-dia forense e se referidos termos são compreendidos pelos seus destinatários finais, que são os jurisdicionados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2 O ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS DIAS ATUAIS	8
2.1 O Ensino da língua portuguesa hoje.....	8
2.2 Aquisição da linguagem	9
2.3 Linguagem mente e cérebro	9
2.4 Aquisição da língua materna.....	11
2.5 Abordagens teóricas.....	12
2.5.1 Behaviorismo	12
2.5.2 Inatismo	12
2.6 Cognitivismo construtivista	13
2.6.1 Sociointeracionismo	13
2.7 A lingüística e o ensino da língua materna.....	14
2.7.1 A lingüística e seus campos de estudo.....	14
2.7.2 Fonética.....	15
2.7.3 Fonologia.....	15
2.7.4 Morfologia	15
2.7.5 Sintaxe.....	16
2.7.6 Semântica	16
2.7.7 Pragmática.....	16
2.7.8 Lingüística textual	17
2.7.9 Análise do discurso	17
3.1 Psicolingüística.....	18
3.2 Sociolingüística.....	18
3.3 Aquisições da escrita.....	18
3.4 Língua e fala – a principal dicotomia saussuriana.....	19
3.4.1 Fatos lingüísticos	20

3.4.2 As variedades do português brasileiro	21
3.4.3 O preconceito lingüístico	21
4 COMPREENSÃO E PRODUÇÃO ORAL, HABILIDADES DE OUVIR E FALAR ...	24
4.1 Ouvir	24
4.2 Ouvir e escutar	24
4.3 A fala	25
4.4 Leitura	27
4.4.1 Modelo ascendente (bottom-up)	27
4.4.2 Modelo descendente (top-down).....	27
4.4.3 Modelo interativo.....	28
4.5 Leitor	28
4.5.1 O texto	29
4.5.2 A escrita.....	29
4.5.3 Função comunicativa e finalidade da mensagem	30
4.5.4 Compreendendo a textualidade	30
4.6 Um novo tratamento para o ensino de língua portuguesa	31
4.6.1 O tratamento da oralidade: usos e formas	32
4.6.2 Tipos de comunicação oral	33
4.6.3 O diálogo	33
4.6.4 A entrevista	33
4.6.5 A reunião-discussão	34
4.6.6 O Brainstorming (tempestade cerebral).....	34
4.6.7 O estudo de caso	34
4.6.8 A prática da leitura.....	35
5.1 Jurídiquês	38
5.2 A dificuldade de se entender a linguagem jurídica.....	39
5.3 Clarezas não diminuirão importância da sentença.....	40
5.4 Expressões traduzidas	44
5.5 Análise de uma sentença.....	45

REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO	51

INTRODUÇÃO

O estudo da língua portuguesa para os brasileiros deveria ser entendido, não como uma obrigação curricular, mas como uma necessidade básica ao seu desenvolvimento intelectual e moral, e, conseqüentemente, a sua formação como cidadão, capaz de exercer seus direitos e respeitar seus deveres.

O correto uso e entendimento da língua possibilitam ao indivíduo, através da leitura e, principalmente, de sua compreensão, o conhecimento de idéias e ideais, da história e de fatos atuais, formando um cidadão capaz de compreender e interagir com mundo, possibilitando analisar a realidade em que vive de forma crítica e não passiva.

Neste contexto estudaremos a linguagem jurídica, que apesar de técnica, deve ser acessível ao seu principal destinatário, o jurisdicionado, o qual, muitas vezes não compreende uma decisão que o afeta.

O estudo será fundamentado, principalmente, na pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método indutivo em que deverão ser analisados os conceitos particulares e a conclusão será de acordo com o que se acredita.

Inicialmente, será feito uma análise de como se ensina e a compreensão da língua portuguesa nos dias atuais. Após, faremos uma análise de uma sentença e alguns termos jurídicos e, por fim, buscaremos verificar se os jurisdicionados entendem o lhes é destinado.

Por fim, após todas as análises, será elaborada a conclusão do trabalho, verificando o quanto é importante a compreensão da língua pátria.

2 O ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS DIAS ATUAIS

2.1 O Ensino da língua portuguesa hoje

Segundo GOMES MARIA, L.C (2007); o ensino da língua nos primeiros anos da vida escolar é uma responsabilidade difícil de ser medida, mas certamente é um dos trabalhos mais gratificantes quando efetuado com responsabilidade. Desse resultado dependerá toda vida acadêmica, já que a escrita está presente no ensino fundamental, médio e superior e irá acompanhar o indivíduo por toda sua vida.

Para que isso aconteça estudaremos dois caminhos: o do estudo da lingüística e o da comunicação.

Na lingüística iremos buscar alguns pressupostos teóricos sobre a aquisição de linguagem. Iremos mostrar algumas linguagens buscadas pelas crianças e vários campos que estudam a língua materna. Em seguida a escrita e, principalmente, as influências dos aspectos fonológicos durante o processo.

Na sociolingüística buscaremos os fatores da variação. Em um país grande como o nosso se faz necessário conhecer os vários tipos de lingüística, fatores geográficos, sociais e socioculturais em seus contextos e acima de tudo o preconceito lingüístico e o ensino da língua padrão.

Com a “Ampliação do Ensino Fundamental” propostos pelo Ministério da Educação, que aumenta de oito para nove anos o estudo da leitura e da escrita, será indispensável uma boa leitura para auxiliar a boa escrita, que certamente é o principal objetivo do ensino fundamental.

A psicolingüística se divide em três partes principais: a aquisição da fala nos primeiros anos de vida, a aquisição de uma segunda língua como, por exemplo, o inglês, e a escrita.

2.2 Aquisição da linguagem

Nós humanos não damos o devido valor à habilidade de comunicação, não damos importância à linguagem. O ser humano tem o poder de entrar na “mente de outra pessoa” despertando a curiosidade, aguçando a imaginação, manipulando idéias, mudando atitudes, gerando conflitos, tudo apenas com o uso da palavra.

Como **Loritz** diz, “o homem tem que viver sempre se adaptando a um mundo de palavra”. Para **Pinker**, o que faz nossa comunicação mais impressionante é a nossa habilidade de ler e escrever, tornando possível a ligação entre tempo, espaços e relacionamento. A escrita, no entanto, para o autor é um acessório. A fala que adquirimos quando criança é o motor real da comunicação verbal.

2.3 Linguagem mente e cérebro

A linguagem infantil, embora aceita como um fato comum entre as pessoas, tem ocupado a mente dos estudiosos desde a antiguidade.

Aristóteles acreditava que a função do cérebro era esfriar o sangue e que o conhecimento estava alojado no coração. Idéias descartadas dois mil anos depois pelo médico britânico William Harvey, que dizia que o sangue era bombeado pelo coração para o corpo e o conhecimento estava alojado em outro lugar. No século XVII, obteve-se a primeira visão do cérebro, o que foi tido como outra bomba pelos filósofos. René Descartes achava que o cérebro bombeava um fluido animador (*animus*) pelos nervos, movimentando assim os músculos. Para esse filósofo o cérebro era apenas uma máquina e não tinha nenhuma relação com o pensamento; este estava na mente; a mente, a linguagem e o pensamento eram tudo uma coisa só. A mais famosa dedução “racionalista” foi a prova de Descartes para sua própria

existência: “Penso logo existo”. Essa premissa foi contestada por vários filósofos sendo, o principal deles Frederich Wilhelm Nietzsche. Segundo Nietzsche toda linguagem é uma interpretação quase mais ou menos inspirada, um tipo de “mentira”. Para ele se a linguagem engana, é melhor, mais verdadeiro para nós mesmos, construirmos nossos próprios enganos. Isso é o que significa ser “Super Homem” na filosofia nietzscheana.

Outro crítico foi Francis Bacon, que, adotando o empirismo inglês, defendia uma tríade dividida em alma, mente e matéria. Mas também foi criticado pela falta de rigor científico de seus métodos.

O racionalismo sobreviveu até 1849, quando Claude Minié inventou a bala cônica, que favoreceu a recuperação dos feridos na Guerra e também pode estudar melhor as conseqüências dos ferimentos no cérebro dos pacientes. Essas descobertas foram tão importantes para neurociência que foram batizadas como: áreas de Broca e área de Wernicke. A primeira é responsável pela produção da fala e a outra pela compreensão. Assim, foi possível responder definitivamente à pergunta que vinha intrigando filósofos e cientistas: onde está a linguagem? No cérebro. E o cérebro é a mente. Sendo o cérebro feito de matéria, a mente também é matéria. O racionalismo cartesiano estava morto.

Vinte anos depois surgiu o behaviorismo em várias versões, com Pierce, Dewey, Thorndike, Lashley, Watson. Para esse último, a mente era apenas uma abstração inútil e não observável.

Após a segunda guerra mundial, com os eitos de Hitler e Stalin fizeram com que aquela visão utópica perdesse força, mesmo entre a classe dominante. Em 1948, Burrhus Frederic Skinner conseguiu separar o behaviorismo dos infames ditadores, afirmando que era possível a qualquer pessoa ser educada a perfeição,

através de aprendizado programado, independente de raça, credo, cor ou genética. Essa repercussão durou uns dez anos no meio das ciências da linguagem.

Durante muitos anos os filósofos e cientistas discutiram sobre esses temas. Segundo Pinker um cientista cognitivista, a língua não é um artefato cultural, mas uma peça distinta da composição biológica do nosso cérebro. Seu maior argumento é o fato de uma criança de três anos, segundo ele, ser um gênio na gramática, mas não ser capaz de compreender arte, iconografia religiosa e sinais de trânsito. Assim, o ser humano é uma espécie de primata com uma habilidade especial para comunicar sobre quem fez o que para quem, modulando os sons quando expira.

Muitos psicólogos, professores e pesquisadores da linguagem contestam a premissa de que crianças adquirem a linguagem sem esforço. Argumentam que elas são ensinadas sim, e que aprendem a língua durante o processo.

2.4 Aquisição da língua materna

A aquisição de linguagem é uma subárea dos estudos lingüísticos, mais precisamente da psicolingüística. Essa, por sua vez, é o campo da lingüística que se preocupa com as questões relacionadas ao processamento e à aprendizagem de línguas. Ela é dividida em três subáreas: a língua materna, aquisição de segunda língua e a aquisição de escrita.

Existem muitas teorias que tentam explicar como uma criança sem problemas fisiológicos, com idade de três a quatro anos, domina, quase perfeitamente, a língua falada ao seu redor. De todas as teorias podemos citar a do behaviorismo, o inatismo, o cognitivismo construtivista e o sociointeracionismo.

2.5 Abordagens teóricas

A natureza versus o ambiente, o inato versus o adquirido, o biológico versus o social são temas que vêm sendo, há muito tempo, discutidos pelos estudiosos da linguagem. A discussão se baseia nas duas formas de pensar a aquisição da linguagem. Uma entende que a é uma dotação genética do ser humano, e outra que é um processo que se adquire através do contato com o ambiente. Cada corrente de pensamento, radical ou levemente, tenderá para uma das duas correntes de pensamento.

2.5.1 Behaviorismo

Seu maior representante dentro dos estudos da linguagem foi Skinner, psicólogo norte-americano que conduziu trabalhos pioneiros na psicologia experimental e teve como principal obra sobre a linguagem *Verbal Behavior* (1957).

Uma de suas idéias era:

- A aprendizagem da linguagem seria fator de exposição ao meio e decorrente de mecanismos comportamentais como reforço, estímulo e resposta;

2.5.2 Inatismo

Com uma crítica radical ao behaviorismo, surge, no final dos anos 1950, Chomsky, lingüista norte-americano que vem tornar-se um dos maiores pensadores dos últimos anos. Sua aparição se deu com a crítica que escreveu sobre o livro *Verbal Behavior*, de Skinner. Para Chomsky (1959);

- A linguagem, específica da espécie, é adquirida como resultado do desencadear de um dispositivo inato, inscrito na mente do ser humano. É uma dotação genética, e não um conjunto de comportamentos verbais;
- Seu argumento é o seguinte: num tempo curto (18 a 24 meses), criança, que é exposta normalmente a uma fala precária, fragmentada, é capaz de dominar um conjunto de regras e princípios básicos que constituem a gramática internalizada do falante;

2.6 Cognitivismo construtivista

É a abordagem desenvolvida, em meados da década de 1920, a partir dos estudos do epistemólogo suíço Jean Piaget conhecido por seu trabalho de organização do desenvolvimento cognitivo da criança em estágios. A principal abordagem é:

* A aquisição da linguagem depende do desenvolvimento da inteligência da criança;

2.6.1 Sociointeracionismo

Algumas críticas são feitas ao modelo **piagetiano**, por desconsiderar o papel das relações sociais no desenvolvimento da criança. Isso levou os estudiosos a buscar nas idéias de **Lev Semionovitch Vygotsky**, psicólogo bielo-russo, que morreu em 1934, um novo modelo para desenvolvimento infantil, mas seu livro *Pensamento e linguagem* somente foram publicados no ocidente (EUA) em 1962. Uma de suas idéias é:

- Fala e pensamento prático deve ser estudado sob o mesmo prisma e a atividade simbólica, viabilizada pela fala, tem uma função organizadora do pensamento: com a ajuda da fala, a criança começa a controlar o ambiente e o próprio comportamento;

As teorias surgem, às vezes, para complementar umas às outras e, às vezes para rebatê-las.

2.6.2 O desenvolvimento da criança

São muitas as pesquisas no campo da aquisição de língua materna, seja ela qual for. Alguns teóricos defendem a idéia de que existe um “período crítico” para a aquisição da linguagem, determinado biologicamente. Para **Lenneberg**, citado por Scarpa (2003),

Entre dois e três anos de idade, a linguagem emerge através da interação entre maturação e aprendizado pré-programado. Entre os três anos de idade e a adolescência, a possibilidade de aquisição primária continua a ser boa; (...). Depois da puberdade, a capacidade de auto organização e ajuste às demandas psicológicas do comportamento verbal declinam rapidamente.

2.7 A lingüística e o ensino da língua materna

2.7.1 A lingüística e seus campos de estudo

A lingüística é parte de outra ciência, denominada *semiótica*. Trata-se do estudo científico da linguagem. Seu objeto de estudo está voltado para a explicação de como a linguagem humana funciona e de como são as línguas em particular.

Pela diversidade da linguagem, tanto no seu aspecto estrutural como nos usos que se fazem dela, existem várias formas de estudá-la. Por isso, existem diversas áreas de interesse e diferentes formas de analisar a linguagem, tais como veremos a seguir:

2.7.2 Fonética

Estuda os sons da fala, preocupando-se com os mecanismos de produção e audição. Com o estudo da fonética, podemos distinguir as realizações de fala das diversas comunidades lingüísticas, em seus grupamentos geográficos, sociais, de faixas etárias ou mesmo de diferenças individuais.

2.7.3 Fonologia

Preocupa-se também com os sons da língua, mas do ponto de vista de sua função. Analisa como as distinções básicas entre os sons formam as palavras de uma língua, sem dar atenção a como os falantes realizam esses sons. Descreve toda a estrutura sonora da língua: seus segmentos consonantais e vocálicos, estrutura silábica, acentuação, ritmo e entonação, sem levar em conta as diferenças que possam existir entre um falante e outro ou entre um ou outro contexto de fala.

2.7.4 Morfologia

Estuda regras de combinação entre os morfemas formando unidades maiores, como a palavra e o sintagma. Um morfema representa a menor seqüência de sons que possui um significado. Uma palavra como carrinhos, por exemplo,

possui três morfemas: carro + inho + s. O primeiro refere-se ao objeto; o segundo, ao sufixo do diminutivo; e o terceiro ao morfema que designa o plural.

2.7.5 Sintaxe

Contém as regras de combinação das palavras para a formação de sentenças na língua. É na sintaxe que encontraremos explicações sobre o ordenamento das palavras dentro da sentença. Em língua portuguesa, que é uma língua de ordem SVO (sujeito+verbo+objeto), sabemos que a ordem correta é *o menino joga bola*, e não de outra forma, como *a bola o menino jogou o menino a bola*.

2.7.6 Semântica

Preocupa-se em determinar o significado intrínseco de palavras sentenças e estuda a relação entre as formas lingüísticas e as coisas no mundo, independentemente do seu uso pelos falantes. É no âmbito da semântica que se dão as relações de polissemia (vários significados para uma palavra), antonímia (palavras com significados opostos) e sinonímia (palavras equivalentes).

2.7.7 Pragmática

Volta-se para o que se faz com a linguagem, em que circunstância e com que finalidade. Enquanto, para a semântica, uma sentença como “Está frio” significa que algo está com a temperatura baixa, nada mais, além disso, para a pragmática, o entendimento será possível apenas a partir do contexto em que o enunciado é

proferido. Pode ser um pedido para que baixe a temperatura do ar ou que o café esteja gelado.

2.7.8 Lingüística textual

Como o nome sugere, tem como objeto de estudo o texto e seus elementos de análise como coesão, coerência, intertextualidade e outros. Surgiu como uma reação aos estudos meramente sintáticos ou semânticos, que se limitavam às análises de sentenças.

2.7.9 Análise do discurso

Propõe-se a estudar o discurso não com análises estritamente lingüísticas, mas com uma abordagem histórico-ideológica. A análise do discurso ultrapassa os limites da frase e busca compreender o que está envolvido na estruturação do texto, oral ou escrito, e o que faz pessoas diferentes produzirem textos diferentes.

3 NEUROLINGÜÍSTICA

É uma área híbrida, que mescla dois campos de conhecimento, a neurociência e a lingüística, buscando as relações entre a linguagem e o cérebro.

3.1 Psicolingüística

Como o nome já diz, trata do casamento da psicologia com a lingüística para a melhor compreensão dos processos mentais relacionados com a produção da linguagem.

3.2 Sociolingüística

Lida com as relações entre linguagem e sociedade e com os fenômenos das mudanças lingüísticas, buscando mostrar os problemas da variação lingüística e da norma culta. A sociolingüística trata a língua em suas variedades, descrevendo os fatos lingüísticos, sem avaliação do que é **certo** ou **errado**, já que, qualquer que seja a variedade lingüística utilizada, ao servir para a comunicação entre as pessoas, ela é legítima.

3.3 Aquisições da escrita

Um dos grandes desafios dos educadores é ensinar a língua portuguesa para crianças, que já chegam à escola com uma gramática adquirida e com um vocabulário, até então, suficiente para expressar suas necessidades. Ao entrar na escola, ela já traz consigo toda uma experiência lingüística adquirida no seu dia-a-

dia e usa o dialeto de sua comunidade. Cabe a todos a responsabilidades de, respeitando a língua já adquirida, mostrar ao aluno a importância de conhecer as diversas possibilidades de uso da língua, em suas mais variadas vertentes.

Segundo Cagliari,

O objetivo mais geral do ensino Português para todas as séries da escola é mostrar como funciona a linguagem humana e, de modo particular, o português; quais os usos que tem e como os alunos devem fazer para estenderem ao máximo, ou abrangendo metas específicas, esses usos nas modalidades escrita e oral, em diferentes situações de vida.

Então, a língua nos serve para construir os sentidos atribuídos por nossa cultura às coisas, ao mundo e às pessoas. Deve-se mostrar à criança que existe uma língua falada e uma língua escrita e em suas diversas variedades, servirão a diferentes propósitos.

Quanto à língua escrita, é necessário que se compreenda que leitura e escrita são duas práticas complementares, fortemente relacionadas. É papel de a escola formar leitores que sejam capazes de produzir textos coerentes, coesos, adequados e ortograficamente escritos.

3.4 Língua e fala – a principal dicotomia saussuriana

Ferdinande de Saussure é considerado o pai da lingüística por ter sistematizado os estudos lingüísticos, principalmente, através da apresentação de uma terminologia que vem explicar os fatos lingüísticos de forma precisa e objetiva.

Segundo Saussure (1997), “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”.

A fala, homogênea por natureza, é uma instituição social que pertence a todos os falantes de determinada comunidade lingüística. A fala, de natureza heterogênea, é individual e imprevisível. Enquanto a língua é dotada de ordem e sistematização, a fala é irredutível a uma pauta sistemática, pois os atos lingüísticos não formam um sistema.

3.4.1 Fatos lingüísticos

Uma tendência entre os brasileiros é afirmar que falamos todos a mesma língua, e que não existem dialetos no Brasil. Bagno (2002) descreve uma série de mitos presentes em freqüentes afirmações sobre a língua portuguesa, denominados pelo autor de *mitologia do preconceito lingüístico*. O mito dito por Bagno diz “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”.

No Brasil, projetos de pesquisa são realizados para analisar as variedades lingüísticas de diversas cidades e por diferentes comunidades lingüísticas. A língua muda de acordo com os contextos e os relacionamentos sociais.

- As línguas servem para a comunicação;
- As línguas estão estreitamente ligadas aos seus usuários;
- As línguas variam;
- As línguas mudam.

Como já foi citado, o objetivo primordial da linguagem é a comunicação entre seus usuários. **Saussure** diz: “a linguagem é a soma da Língua e da Fala, sendo a primeira o código usado por uma sociedade para a comunicação entre seus membros, e a segunda o uso que esses membros fazem desse código”.

3.4.2 As variedades do português brasileiro

A variação lingüística pode ocorrer em todos os níveis da língua: lexical, fonético, morfológico, sintático e até pragmático, sendo que esses níveis podem estar vinculados a três tipos de fatores. São eles:

- * Geográficos;
- * Sociais e Socioculturais;
- * De Contexto.

3.4.3 O preconceito lingüístico

Esse preconceito é fruto de uma história de prescrição da gramática normativa, que nos acostumou a achar que toda forma diferente das regras gramaticais contidas nos livros que estudamos são “erradas”. É fruto de uma tradição de tratamento da língua como um sistema rígido de leis a serem cumpridas, e aquele que não as cumpre é “**julgado e condenado**” por isso.

3.4.3.1 *O papel da escola no ensino da norma padrão*

Segundo Possenti 2006, “o papel da escola é ensinar a língua padrão”, pois qualquer brasileiro tem o direito de adquirir determinado grau de domínio da leitura e escrita, para que possa participar das práticas sociais e compreendê-las. O entendimento da língua tem formas e usos e deve-se aprender a analisar o texto com reflexão de como a língua funciona e do que é adequado ou inadequado na língua padrão.

Para Neves 2000, “a escola tem obrigação, sim, de manter o cuidado com a adequação social do produto lingüístico, isto é, tem que garantir que eles tenham condições de mover-se nos diferentes padrões”.

O novo conceito é para o ensino da língua, para o letramento, para empoderamento e inclusão social, através de linguagem que insira no contexto e realidade social e cultural. Isso se dá através de diversos gêneros textuais, falados e escritos e da prática de reflexões sobre a linguagem em seus elementos estruturais e discursivos. Assim, a escola estará contribuindo para a formação de um cidadão.

3.4.3.2 Objetivos dos PCN para a Língua Portuguesa

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam objetivos do ensino fundamental, para que os alunos sejam capazes de:

- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- Utilizar diferentes linguagens - verbais, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para reproduzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

No processo de aprendizagem, nos diferentes ciclos do ensino fundamental, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso de linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania.

Para isso, a escola deverá organizar um conjunto de atividades que, progressivamente, possibilite ao aluno:

- Utilizar a linguagem na escuta e na produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso;
- Utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade, operando sobre as representações construídas em várias áreas de conhecimento;
- Analisar criticamente os diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos;
- Conhecer e valorizar as diferentes variedades do português, procurando combater o preconceito lingüístico;
- Usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise lingüística para expandir sua capacidade de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica.

4 COMPREENSÃO E PRODUÇÃO ORAL, HABILIDADES DE OUVIR E FALAR

O primeiro contato da criança com a língua se faz pela audição, seguida de vocalizações, primeiro de sons não necessariamente constantes na língua falada ao seu redor e depois, de sons constantes na língua falada ao seu redor. Aos seis meses, a criança começa a pronunciar as primeiras sílabas e dali a três ou quatro anos, como que por milagre, essa criança já tem pleno domínio da linguagem oral. Isso não significa que, ao entrar na escola, ela já não tenha nada a aprender dessa modalidade de linguagem. Conforme já enfatizamos anteriormente, e não custa repetir, o papel da escola é ensinar a língua padrão, em suas habilidades orais e escritas.

4.1 Ouvir

A audição humana é um dos grandes privilégios da nossa raça. É um complexo sistema situado numa região do cérebro, na parte lateral do crânio. Ao receber as ondas sonoras do ambiente ao seu redor, o ouvido as converte em atividade neural, que percorre um longo trajeto através do tronco encefálico até o córtex auditivo. Ele está estruturado para codificar a frequência, amplitude e complexidade do som, além de localizar o som no espaço.

4.2 Ouvir e escutar

No dicionário Aurélio, temos as seguintes definições para o verbo escutar: “1. Tornar-se ou estar atento para ouvir, dar ouvidos a. 2. Aplicar o ouvido com atenção para perceber ou ouvir. 3. Ouvir prestar atenção para ouvir alguma coisa”.

Vários fatores interferem na compreensão oral e afetam direta ou indiretamente a comunicação. Alguns desses fatores são:

- A rapidez do pensamento: nosso pensamento trabalha numa velocidade, muitas vezes, mais rápida que a da transmissão das palavras;
- A audição: é seletiva; ouvimos o que é relevante para nós. E, quanto mais experiência nós temos, mais seletivos ficamos;
- Influência do ambiente: os ruídos, as imagens, as atividades no ambiente podem provocar distrações e interferir na compreensão do que ouvimos.

Por isso, precisamos aprender a escutar, a fugir das distrações e manter a concentração, ficar em posição de empatia para escutar quem está falando; manter a vontade firme; o sentido de alerta e de atenção, não deixar que as emoções contaminem; escutar para compreender e não apenas para responder; respeitar o turno de fala, evitando interrupções e desenvolver o sentimento de respeito pelas opiniões alheias.

4.3 A fala

O homem utiliza a fala para exprimir o seu o seu pensamento e os mecanismos cerebrais necessários passam por uma primeira fase de planejamento e depois por uma fase de formulação. Primeiro, buscam-se as palavras adequadas ao que se quer dizer e estruturam-se as sentenças de acordo com as regras da língua, depois, selecionam-se as regras fonológicas necessárias para pronunciá-las.

Segundo Levelt 1998, vários fatores podem atrapalhar a comunicação entre os falantes. Alguns são:

- Ritmo e fala: Segundo Duarte 2001, a velocidade que o falante imprime à sua fala vai interferir na compreensão. Se for muito rápida, pode dificultar a compreensão. Se for muito vagarosa, pode dificultar a concentração e o ouvinte começar a pensar em outra coisa. “A velocidade ideal para falar é em torno de 90-100 palavras por minuto (talvez um pouco mais)”;
- Altura, tom de voz e entonação vocal: esses elementos estão relacionados com a qualidade da voz e a vibração na emissão das palavras. Um tom muito alto e estridente pode incomodar o ouvinte, assim como uma fala monótona e sem vibração pode tornar-se enfadonha;
- Segurança: tem relação com as questões anteriores, isto é, ritmo e a voz do falante vão demonstrar o quanto ele está seguro. Mas também tem a ver com a qualidade do conteúdo da fala, por exemplo, correção nas informações e assertividade;
- Adequação ao interlocutor e ao contexto: saber com quem se está falando e utilizar uma variedade de língua adequada ao ouvinte e à situação de fala é o primeiro passo para o sucesso da comunicação;

Assim como afirmamos que se pode aprender a escutar, pode-se aprender a falar corretamente. Mas falar corretamente não significa usar regras gramaticais da língua padrão, como nós temos aprendido e ensinado ao longo do tempo nas aulas de língua portuguesa. A língua oral tem dois processos, um de recepção e outro de produção, a escuta e a fala, respectivamente.

4.4 Leitura

O período de fixação para palavras longas e menos conhecidas é mais longo do que para palavras curtas e previsíveis. Costuma-se fixar palavras de conteúdo relevante, como substantivos e verbos, enquanto palavras funcionais, como pronomes e preposições, chegam a ser puladas, e não fixadas. Pesquisas comprovam que o tempo de cada fixação é de 250ms (milissegundos). Segundo Lent 2001: “Considerando que a fixação de uma palavra exige a identificação ortográfica e fonológica e também a compreensão sintática e semântica, esse tempo é realmente muito curto”.

O leitor proficiente não lê letra por letra ou sílaba por sílaba, mas faz um reconhecimento instantâneo da palavra ou dos segmentos maiores que ela, chamados de blocos (chunks). Para o leitor iniciante, o processo exigirá operações de análise e síntese, pois seu vocabulário visual ainda é muito limitado. Kato 1999.

4.4.1 Modelo ascendente (bottom-up)

Nesse modelo, o leitor constrói o texto de forma linear, a partir das pequenas partes para chegar ao todo, das letras para as palavras, depois para as sentenças, até o texto completo. A compreensão se faz por análise e síntese de cada uma das partes para chegar à significação global. Esse tipo de leitor faz pouco uso de deduções e de inferências, além de ser lento, e pouco fluente. Aebersold,Field 1997. O ensino de língua portuguesa com foco na gramática tradicional tem privilegiado esse modelo.

4.4.2 Modelo descendente (top-down)

Aqui o leitor traz o seu conhecimento de mundo para a compreensão do texto que esta lendo. Os seus conhecimentos lingüísticos e extralingüísticos o fazem ler o texto com expectativas e suposições que o levam a “conversar” com o texto. Esse leitor é fluente, veloz e capta, sem dificuldades, as principais idéias do texto. É capaz de ler na entrelinha e não se preocupa com detalhes. No entanto, pode ser contaminado por pré-concepções e não se preocupa em confirmar os dados obtidos com a leitura, o que pode levá-lo a uma interpretação do conteúdo do texto.

4.4.3 Modelo interativo

No modelo interativo utilizam-se os dois modelos que ocorrem ao mesmo tempo ou de forma alternada. Dependendo do tipo de texto, do conhecimento prévio do leitor a respeito do assunto ou, ainda, da motivação e das crenças a respeito do tema, o leitor utilizará um ou outro processo. A leitura, seja pelo leitor iniciante, que usa o modelo ascendente, seja pelo leitor experiente, mais despreocupado, que utiliza a leitura descendente, seja ainda pelo leitor maduro, que integra ambos modelos para a efetiva compreensão do texto, é um processo que vai além do conhecimento lingüístico do leitor.

4.5 Leitor

O engajamento do leitor ao processo de leitura depende em larga escala de seu relacionamento com o mundo da escrita e de como essa atividade lingüística se reflete em sua vida. A relação do leitor com o texto escrito sobre influências de várias ordens. Aebersold;Field,(1997).

- Influência de família;

- Influência da comunidade;
- Influência da escola;
- Influência cultural;
- Influência de características individuais.

Todos os fatores combinados atuarão fortemente para formação dessa complexa persona que é o leitor.

4.5.1 O texto

Quando falamos de leitura o que vem à mente são os livros. No entanto, a atividade de leitura é muito mais corriqueira na nossa vida do que a leitura de um livro. Costumamos ler vários tipos de textos, com poucas ou muitas palavras que formam milhares de sentenças, tais como, rótulos em embalagens, receitas para bolos, instruções de eletrônicos, bulas, propagandas e outros.

4.5.2 A escrita

A aquisição da escrita resulta da aprendizagem de movimentos realizados com uma das mãos para inscrição de símbolos (letras) sobre uma base qualquer, que pode ser o papel, um quadro, um chão de areia. Ao utilizarmos o teclado de um computador, os movimentos não serão os mesmos que fazemos ao utilizar papel e caneta, por exemplo. O movimento com as mãos para escrever também depende do padrão da língua em questão.

Garcez (2004), “Escrever é uma das atividades mais complexas que o ser humano pode realizar. Faz rigorosas exigências à memória e ao raciocínio. A agilidade mental é imprescindível para que todos os aspectos envolvidos na escrita

sejam articulados, coordenados, harmonizados, de forma que o texto seja bem-sucedido”.

O ato de escrever requer algumas etapas a começar pela definição de metas e pela realização de um plano, depois passa pela resolução de problemas e termina com a revisão e a edição do texto.

Segundo Heráclito, tudo é movimento, e nada pode permanecer estático. Em seu famoso exemplo, diz que não podemos entrar duas vezes no mesmo rio porque, ao entrarmos pela segunda vez, não serão as mesmas águas que lá estarão e a pessoa também já será diferente.

4.5.3 Função comunicativa e finalidade da mensagem

Existem duas correntes filosóficas no estudo da linguagem que norteiam as diversas teorias lingüísticas: a abordagem formalista e a abordagem funcionalista. A primeira prioriza a forma ou a estrutura como ponto de partida para qualquer pressuposto teórico ou explicação dos fenômenos da linguagem. A segunda corrente parte do ponto referencial do uso ou função da linguagem, como atos realizados com objetivos definidos.

4.5.4 Compreendendo a textualidade

Por muito tempo, o texto e o ensino da linguagem se mantiveram nos limites da sentença, constituindo essa a base de qualquer pesquisa lingüística para o ensino e aprendizagem da língua. Quando as primícias que sustentavam essa visão estruturalista começaram a sofrer inúmeras críticas, passou-se a desenvolver a lingüística textual, fortalecendo “os estudos voltados para o fenômeno que

ultrapassam os limites da frase, como o texto e o discurso, e interessados menos nos produtos e mais nos processos”. Vall (2000).

Dentro dessa vertente, Costa Vall (2000) cita os teóricos Robert-Alain Beaugrande e Wolfgang Dressler que postularam sete princípios da textualidade:

- Coesão: refere-se ao mundo como as informações e os componentes do texto se conectam mutuamente;
- Coerência: constrói-se a partir da integração entre as informações que o texto apresenta e o conhecimento de mundo de seus usuários;
- Internacionalidade: refere-se ao produtor do texto, através de suas atitudes e objetivos;
- Aceitabilidade: também se refere a atitudes, mas dessa vez do leitor, de acordo com suas expectativas em relação ao texto;
- Informatividade: refere-se às expectativas dos usuários quanto ao conteúdo do texto e aos conhecimentos que já trazem consigo sobre o tema. Esse princípio tem a ver com o grau de novidade e o texto para determinado usuário;
- Situacionalidade – refere-se a como o texto se relaciona com a situação de ocorrência;
- Intertextualidade – a recepção de um texto vai depender do conhecimento de outros textos.

4.6 Um novo tratamento para o ensino de língua portuguesa

A língua portuguesa para ensino fundamental, nas proposições dos PCN, está completamente sintonizada com os estudos lingüísticos. Referidos planos oferecem

diretrizes necessárias para a composição do currículo de acordo com a realidade local de cada escola. Os eixos organizadores se fundamentam nas práticas sociais de uso da linguagem verbal, como atividade discursiva.

De acordo com os PCN, a organização dos conteúdos a partir desses eixos básicos deve se pautar pelos seguintes critérios:

- Considerar os conhecimentos anteriores dos alunos em relação ao que se pretende ensinar, identificado até que ponto os conteúdos ensinados foram realmente aprendidos;
- Considerar o nível de complexidade dos diferentes conteúdos como definidor do grau de autonomia possível aos alunos, na realização das atividades, nos diferentes ciclos;
- Considerar o nível de aprofundamento possível de cada conteúdo, em função das possibilidades de compreensão dos alunos nos diferentes momentos do seu processo de aprendizagem.

A definição desses critérios é importantíssima, pois parte do princípio de que, devido às enormes diferenças sociais, culturais e econômicas existentes em nosso país, a apresentação dos conteúdos escolares não pode ser imposta uniformemente para todas as escolas. A flexibilidade, o respeito às diferenças e a valorização da cultura local permitem aos professores refletir sobre sua realidade e tomar as decisões sobre a sequência dos conteúdos de acordo com as possibilidades e as necessidades de seus alunos.

4.6.1 O tratamento da oralidade: usos e formas

Os PCN destacam que o trabalho com língua oral como conteúdo escolar, além de exigir um planejamento cuidadoso da ação pedagógica, “supõe também um profundo respeito pelas formas de expressão oral trazidas pelos alunos, de suas comunidades, e um grande empenho por ensinar-lhes o exercício da adequação aos contextos comunicativos, diante de diferentes interlocutores, a partir de intenções de natureza diversa”. Brasil (2007).

4.6.2 Tipos de comunicação oral

São várias as possibilidades de comunicação oral, podendo haver intercâmbio entre duas ou mais pessoas e podendo, também, não haver intercâmbio, que acontece quando alguém fala e outro apenas escuta. Alguns exemplos de comunicação oral, segundo Vanoye (2003).

4.6.3 O diálogo

Há participação de pelo menos dois interlocutores e implica sempre um sentido e um resultado, pois não se dialoga no vazio. Quem fala quer ser compreendido, quem ouve decide se quer ouvir e compreender. Entram sempre em jogo as características de personalidade do receptor, que poderá se sobrepor à mensagem emitida, através de suas reações ao que ouvir.

4.6.4 A entrevista

Aqui também há o intercâmbio de dois interlocutores, mas a um deles caberá o papel de perguntar e ao outro de responder. Para o sucesso de uma entrevista, é sempre conveniente a preparação de um questionamento, que deve ser ordenado

de uma forma lógica, adaptado à personalidade, ao nível sociocultural do interlocutor e à situação. Deve o entrevistador, também, preparar-se para imprevistos. E, finalmente, redação das respostas deve ser feita cuidadosamente, para não distorcer o conteúdo da fala do entrevistado.

4.6.5 A reunião-discussão

O grupo se reúne para discutir um tema ou para tomar uma decisão. Deve haver um coordenador, que é responsável pelo sucesso da reunião. Cabe ao coordenador apresentar o tema, abrir a discussão, reformular e recolocar as opiniões expressas, sem emitir a sua própria, assegurar o intercâmbio, favorecer a participação de todos e, ao final, fazer um resumo do que foi discutido ou decidido.

4.6.6 O Brainstorming (tempestade cerebral)

Esse método visa estimular a criatividade do grupo através da produção intensiva de idéias. Só deve ser usado para a busca de novas idéias. Deve haver um coordenador, que passará a palavra a cada participante e reformulará as idéias que ficarem confusas, sem nunca esboçar reação às sugestões apresentadas. Nenhuma idéia deve ser criticada. Esse grupo deve conter, no máximo, dez pessoas. Um grupo observador deve tomar nota das idéias emitidas. Depois, faz-se uma seleção das idéias viáveis.

4.6.7 O estudo de caso

Essa é uma atividade de grupo em que os participantes analisam uma situação, geralmente dramática. Primeiro, um coordenador faz a exposição do fato, o

grupo analisa a situação, identifica o problema central, discute e analisa possíveis soluções e suas consequências e, finalmente, seleciona as que apresentarem maiores vantagens.

4.6.8 A prática da leitura

A formação de um leitor competente é o objetivo maior, pois a leitura é o maior instrumento para construção do conhecimento. Leitores competentes e interessados só se farão com uma prática constante da leitura de textos variados.

4.6.8.1 Sempre estabeleça um propósito para leitura

Escolha sempre um texto que seja compreensível, interessante, mas, principalmente, que seja significativo e acrescente algo. Algumas estratégias para ativar o conhecimento prévio e despertar o interesse são:

- Analisar os vários elementos do texto, como: título e subtítulos, imagens, gráficos, tabelas e outros;
- Ler a introdução para identificar o tema;
- Ler a primeira sentença de cada parágrafo ou capítulo;
- Buscar alguma informação específica no texto que possa ser relevante.

4.6.8.2 Análise e reflexão sobre a língua

O ser humano é capaz de refletir sobre a linguagem e analisá-la. A linguagem é o próprio instrumento para a reflexão. Sendo assim, atividades de reflexão e análise sobre a língua, em seus diversos aspectos e em seus variados níveis são

recursos de muito valor para aprendizagem da língua padrão. Segundo Brasil (1997) recomenda uma atividade permanente:

- Formulação e verificação de hipótese sobre o funcionamento da linguagem;
- Comparações de expressões;
- Experimentação de modos de escrever;
- Atribuição de novos sentidos a novas formas lingüísticas já utilizadas;
- Observação de regularidades (de sistemas de escrita, de aspectos ortográficos ou gramaticais);
- Exploração de diferentes possibilidades de transformação dos textos (supressões, ampliações, substituições e alterações de ordem);
- Reconhecer o tipo de linguagem característica de determinados textos;
- Interpretação crítica das mensagens;
- Identificação do papel de elementos não lingüísticos;
- Avaliação sobre a eficácia ou a adequação de certas expressões no uso oral ou escrito;
- Análise de formas de falar e de escrever a mesma coisa;
- Identificação de marcas de oralidade na escrita e vice-versa;
- Comparação entre diferentes sentidos atribuídos a um mesmo texto;
- Análise de internacionalidade implícita em textos lidos ou ouvidos;

Atividades sugeridas para reflexão e análise segundo Brasil (1997):

1. Revisão de texto;
2. Aprendendo com textos;

3. Ortografia;
4. Pontuação;
5. Aspectos gramaticais;

5 OS DESAFIOS DA TRADUÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA

Após analisarmos todo o processo de formação, aprendizado e interpretação da língua estudaremos um tipo de linguagem específica, que é a denominada linguagem jurídica.

A terminologia jurídica varia muito de país para país devido à sua relação intrínseca com cada sistema jurídico nacional, estando também sujeita à mudança lingüística relacionada ao desenvolvimento e à modificação dos sistemas jurídicos. Uma vez que os dicionários jurídicos bilíngües para o par lingüístico português-alemão são poucos e insatisfatórios, faz-se necessário elaborar um glossário lingüístico para cada área de atuação, tal como será aqui realizado.

Podemos citar como exemplo, a tradução de textos especializados, como libelos acusatórios ou sentenças penais, que requerem do tradutor conhecimento dos sistemas jurídicos das culturas fonte e alvo a fim de ponderar a melhor tradução dos termos técnicos que ocupam referências e campos semânticos diferentes.

Somado às expressões técnicas, próprias de todas as atividades, tal como ocorre na medicina, por exemplo, há dentro do direito, certos operadores que utilizam terminologias rebuscadas e de difícil entendimento, que, ironicamente, é denominado “juridiquês”.

5.1 Juridiquês

Trata-se de um dialeto sofisticado e pretensioso que se utiliza nos meios jurídicos. É uma linguagem afetada, empolada, impenetrável, não raro ridícula, dos que supõem que utilizar expressões incomuns, exóticas, é sinal de cultura ou de sabedoria. No entanto, o Juridiquês, infelizmente, só tem mostrado eficiência e

grande utilidade na perversa e estúpida missão de afastar o povo do Direito, de desviar a justiça do cidadão. Souza (2005).

Segundo Daum (1998), a linguagem jurídica diferencia-se de outras linguagens técnicas, como a das ciências exatas, cujo objeto é internacional, pelo fato de estar inserida num contexto nacional específico (exceto nos casos de Direito Internacional, Direito europeu etc).

5.2 A dificuldade de se entender a linguagem jurídica

Segundo Simone Garrafiel (2005), ergástulo público, querelado, proemial delatória e outros termos da linguagem jurídica são, com frequência, encontrados em sentenças proferidas pelos magistrados brasileiros, os quais tornam incompreensível a decisão aos olhos do jurisdicionado leigo. Tomando por base essa dificuldade proeminente e objetivando aproximar a sociedade do Poder Judiciário, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançou a Campanha Nacional pela Simplificação da Linguagem Jurídica, a qual tem sido vista com satisfação por muitos advogados e magistrados. Com foco inicial nos estudantes de Direito, as ações incluem também um trabalho de conscientização dos advogados, juízes, promotores, defensores e procuradores quanto ao assunto, além do lançamento de uma cartilha, que trará orientações sobre o chamado juridiquês. Para a vice-presidente de comunicação da AMB, juíza Andréa Pachá, a linguagem jurídica, da maneira como é apresentada, afasta o povo da Justiça e, na visão dela, ninguém valoriza o que não entende.

A idéia da campanha surgiu após a observação dessa dificuldade de percepção do que uma sentença traz em suas palavras e expressões. Assim, explica Andréa, a AMB encomendou ao Ibope, uma pesquisa qualitativa que

demonstrou que há, realmente, um abismo entre os textos jurídicos e a compreensão deles pela população, além de comprovar que o Poder Judiciário passa a idéia de que é uma instituição pouco acessível.

Falta conhecimento do que se fala, então, há necessidade de cuidarmos da forma de comunicação. Hoje, é comum, após uma audiência, o jurisdicionado não entender o que ficou decidido. A Constituição Federal ampliou os direitos dos cidadãos e, conseqüentemente, a demanda cresceu, trazendo para os tribunais a população que nunca esteve na Justiça e que precisa entender o que está sendo dito. A linguagem jurídica é hermética, por isso precisamos ser mais claros - afirma a juíza.

Os focos iniciais da campanha estão sendo as universidades, onde o presidente da AMB, Rodrigo Collaço, em parceria com o professor Pasquale Cipro Neto, divulga a iniciativa e procura mostrar a importância do uso de um vocabulário que permita à sociedade compreender o universo jurídico. "A idéia é que a simplificação da linguagem comece no ambiente universitário, conscientizando que falar difícil não é sinônimo de inteligência ou de eficiência. Uma sentença precisa estar clara, porque é a decisão final e a parte precisa saber o que está acontecendo. Frases na ordem indireta e expressões latinas confundem o entendimento", diz Andréa. Fonte: (Jornal do Comércio).

5.3 Clarezas não diminuirão importância da sentença

Após a passagem pelas cadeiras acadêmicas, a AMB fará um trabalho de sensibilização junto aos juízes e demais magistrados, com o objetivo de mostrar que falar com clareza não significa diminuir a importância da sentença e, muito menos, empobrecer o Direito. "Sabemos que muitos magistrados resistirão à idéia, por sua

tendência conservadora, mas há necessidade de alterarmos essa cultura jurídica", ressalta a juíza.

Andréa informa que, para alcançar o jurisdicionado, será lançada, uma cartilha que trará a explicação dos termos técnicos e a orientação quanto ao funcionamento do Judiciário. "Por que falar ergástulo público em vez de cadeia. Muitas vezes, a linguagem de uma sentença é tão empolada que o conteúdo passa despercebido. Não queremos banir a linguagem técnica, mas, sim, usar uma linguagem simples", argumenta.

Na FGV Direito Rio, onde foi dado o primeiro passo da campanha, o trabalho de conscientização de que o exagero não deve ser a linha mestra do texto jurídico está sendo feito constantemente e tem tido boa aceitação, segundo informa Sérgio Guerra, coordenador do Programa de Educação Continuada da escola. "Vemos que há necessidade de uma simplificação maior da linguagem jurídica, o que facilita o acesso à Justiça e valoriza o Judiciário. Então, procuramos passar isso para os alunos", ressalta.

Guerra explica que, durante as aulas, respeitando a identidade técnica e o estilo de cada professor, são feitos estudos de métodos, para os quais é desenvolvida uma pré-compreensão dos termos. "Precisamos ser claros; então, apresentamos casos e, nesses, utilizamos linguagem forense acessível. Alguns alunos são criados na cultura de que se deve rebuscar a linguagem, na busca pelo diferencial. Respeitamos essa visão, mas procuramos conscientizá-los da importância da simplificação", diz.

Em artigo escrito para o site da campanha da AMB, a professora universitária e doutoranda em Filologia pela USP Héliide Maria dos Santos Campos diz que, durante suas pesquisas e aulas, busca sinônimo e expressões que traduzam a

mesma idéia. "Nossa língua é muito rica, repleta de palavras variadas que demonstram o mesmo significado. Por que, então, não utilizar esse brilhante recurso que a língua nos oferece? Penso que "fundamentado no art. tal" é muito melhor do que "abroquelado no art. tal". Ambos têm o mesmo sentido, entretanto abroquelado só é decifrável aos juristas. Outro exemplo é proemial delatória: melhor seria usar denúncia e tantos outros exemplos que poderia citar. Essas substituições tornam o texto mais claro ao leigo, às partes envolvidas num processo, que têm o direito de entender o que está sendo expresso sobre elas", está no texto.

Entidades são favoráveis à mudança da linguagem rebuscada. Além da AMB, outras entidades já se mostram favoráveis à idéia de extirpar a linguagem excludente do Direito, como é o caso da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1). Segundo o presidente da entidade, Alexandre Teixeira de Freitas, o trabalho de simplificação está sendo alvo das Amatra's em geral e a postura dos juízes jovens da Justiça trabalhista aponta para essa tendência.

De qualquer forma, Freitas alerta que há um desafio nessa busca pela transparência da Justiça. "Falar de maneira inteligível significa dar transparência à Justiça, mas devemos considerar que o Direito tem hermenêutica própria, uma linguagem que não pode cair no empobrecimento. Há preocupação em se simplificar a linguagem jurídica, para atender a um apelo da sociedade. Por outro lado, o Direito é uma ciência e, por isso, contém expressões técnicas. Então, precisamos encontrar o ponto de equilíbrio, ou seja, simplificar sem empobrecer", diz. Na opinião do magistrado, não se muda um costume de uma hora para outra, mas é possível harmonizar a necessidade de entendimento com a manutenção dessa hermenêutica. Ainda que possam surgir as dúvidas de como ser técnico sem ser

pobre juridicamente e como simplificar sem perder o mínimo de juridicidade, Freitas diz que muitos já encontraram esse caminho e que a campanha da AMB certamente trará o debate sobre a questão, acelerando o processo de simplificação.

O vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Aristóteles Atheniense, também defende a bandeira da simplificação e acredita que a nova geração de advogados e magistrados espera por essa maior nitidez na linguagem. Para ele, o Direito tem que ser acessível, até porque, muitas vezes, por conta da linguagem empolada, o próprio advogado tem dificuldade de entender uma sentença ou de explicar à parte se ela ganhou ou perdeu a causa. "Na OAB, posso dizer, sem medo de errar, que a tendência dos advogados será fazer com que haja essa simplificação. Nossa linguagem é ultrapassada e faz com que as pessoas desconheçam os termos jurídicos", afirma.

Fazendo analogia com a história do surgimento do Código de Napoleão, o qual foi feito com o intuito de que o povo lesse a lei e entendesse seus direitos, Atheniense ressalva que é preciso simplificar, mas que algumas expressões devem ser mantidas. "Os magistrados têm mania de usar a linguagem quinhentista, mas o ideal é que se escreva de forma simples", destaca.

De opinião contrária aos demais, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Célio Borja argumenta que modificar os conceitos jurídicos, para torná-los acessíveis, é um erro. "Os conceitos são ditados pelas leis e normas jurídicas, e isso não podemos mudar. Cabem a nós, intérpretes da lei, escrever de forma concisa, com uma linguagem comum, sem querer rebuscar. Os conceitos podem ser complicados, mas quem os conhece sabe simplificá-los. Quando o advogado escreve para um juiz, pode utilizar essa linguagem jurídica, mas, para o público leigo, é preciso simplificar, traduzir", diz.

Borja não é favorável à mudança de certas expressões jurídicas. Segundo afirma, o Direito é pedagógico e, quando comunicado, deve ser feito com a utilização dos conceitos cientificamente existentes. "Não podemos alterar conceitos jurídicos, nem expressões consagradas pelos juristas. Trazer o cidadão para a Justiça significa usar palavras do léxico português e não complicar a sintaxe. Deve-se escrever na ordem direta, utilizando palavras que todos conhecem. Muitos magistrados escrevem mal, não conhecem a língua portuguesa. Mas é preciso escrever bem, com simplicidade", destaca o ministro aposentado.

5.4 Expressões traduzidas

Abaixo seguem alguns dos termos utilizados pelos profissionais de área jurídica que podem ser simplificados, segundo a AMB e alguns magistrados:

Estipêndios funcionais = Vencimentos

Ergástulo público = Cadeia

Exordial acusatória = Denúncia

O autor está eivado de razão = O autor está com inteira razão

Peça incoativa ou peça-ovo = Petição inicial

Remédio heróico = Mandado de segurança

Autarquia ancilar = Instituto Nacional de Previdência Social

Indigitado = Réu

Digesto obreiro = Consolidação das Leis do Trabalho

Sentença transitada em julgado = Decisão definitiva

Cônjuge supérstite = Viúvo

Acórdão = Decisão final do tribunal

Liminar = Decisão provisória do juiz ou do tribunal

Fonte:Correio Braziliense (2005).

5.5 Análise de uma sentença

Neste último tópico do trabalho faremos uma breve análise da sentença que se encontra no anexo.

Referida sentença foi extraída de uma Ação Ordinária, proposta na Justiça Federal de Bauru no ano de 1994.

Trata a sentença do pedido de vários autores que buscavam a revisão de seus proventos de aposentadoria em razão de índices não aplicados corretamente na época oportuna.

O Juiz, ao elaborar a sentença, num primeiro momento, relata os fatos necessários à análise do pedido de quem propôs a ação e, a seguir, passa a decidir.

Podemos observar que a inversão das frases é uma constante, principalmente na parte decisória da sentença.

Outro ponto que podemos salientar é a utilização de termos não usuais no dia-a-dia, como por exemplo: indigitada, arrazoadado, dilação, *erga omnes*, *fumus boni iuris*,.

A presente sentença julgou improcedente o pedido dos autores, ou seja, eles não obtiveram sucesso na sua ação, ou num português mais leigo, porém, mais claro, os autores perderam a ação.

CONCLUSÃO

A língua portuguesa, por si só, é uma língua cheia de peculiaridades.

No Brasil, embora, todos falem a língua portuguesa, existem muitas diferenças regionais.

No processo de aquisição e compreensão da linguagem esses aspectos devem ser considerados, pois são de suma importância para o aprendizado, embora a norma culta seja necessária ao bem falar e escrever.

Acreditamos que o grande desafio para o ensino, aprendizado e compreensão da língua culta seja conscientizar o indivíduo da importância do bem falar, escrever e compreender sua língua pátria, inclusive para o exercício de sua cidadania.

Um dos pontos do exercício da cidadania é o direito de postular em juízo seus direitos, mas esse exercício torna-se incompleto se o cidadão não for capaz de entender as decisões que o atingem.

Principalmente, no que tange às decisões judiciais, devem os órgãos do Poder Judiciário tornar mais acessível sua linguagem aos cidadãos, evitando o uso de termos rebuscados e não usuais, sem prejuízo à linguagem técnica, inerente a qualquer área de trabalho.

A necessidade de simplificar a linguagem jurídica para atendimento ao jurisdicionado é uma realidade que a própria AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros já verificou e busca soluções para isso, tentando, inicialmente, conscientizar os estudantes de direito que serão os futuros operadores.

Gostaríamos de salientar que a idéia inicial neste trabalho seria pedir que algumas pessoas lessem a sentença em anexo e reescrevessem certos trechos dela, para verificar se é ou não compreendida pelos cidadãos. No entanto, isso não foi possível, pois várias pessoas que leram se negaram a reescrever os trechos

selecionados, pois afirmavam que não saberiam o que escrever, pois não tinham entendido, o que está em consonância com a pesquisa realizada a pedido da AMB, a qual verificou que as pessoas não entendem as decisões que as atingem.

Assim, acreditamos ser necessária a realização de duas ações para melhorar a situação: de um lado, os cidadãos devem ser despertados para a importância do aprendizado e de outro, os órgãos judiciais devem colaborar, utilizando uma linguagem com maior clareza e concisão.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. M. Sociolingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. Introdução à lingüística 1: domínios e fronteiras. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.p.21-47 Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 31 jul. 2006.

BAGNO, M. Preconceito lingüístico – o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. Língua materna: letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BILAC, O. Alma inquieta. Disponível em: [HTTP://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/Alma_Inquieta.htm](http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/Alma_Inquieta.htm). Acesso em: 12 jul.2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Conhecimentos de Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e lingüística. 10.ed. São Paulo: Scipione, 2002.

CARVALHO, C. de. Para compreender Saussure. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAVALIERE, R. Pontos essenciais em fonéticas e fonologia. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

GOMES, M.L.C. Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Curitiba: Editora IBPEX, 2007.

SAUSSURE, F. de. Curso de lingüística geral. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

SOUZA, Ailton Alfredo de. *Linguagem jurídica e poder*. Recife: 2005.

PINTO, Luciana Carvalho Fonseca Corrêa. Dois sistemas jurídicos e o homicídio. *Ccaps Newsletter*, Rio de Janeiro, n. 17, ago. 2005. Disponível em: <www.ccaps.net/newsletter/06-05/art_2pt.htm>. Acesso em: 31 jul. 2006.

RAMOS, F. Silveira. *Dicionário jurídico alemão-português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995. p. 183.

ANEXO